VI CONGRESSO INTERNACIONAL DAS **LICENCIATURAS** COINTER - PDVL 2019

ADAPTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O ALUNO SURDO: TECNOLOGIA ASSISTIVA EM FOCO

ADAPTACIÓN DE INSTRUMENTOS DE EVALUACIÓN PEDAGÓGICA PARA EL ESTUDIANTE SORDO: TECNOLOGÍA ASISTENTE DE ENFOQUE

ADAPTATION OF PEDAGOGICAL ASSESSMENT INSTRUMENTS FOR THE DEAF STUDENT: FOCUS ASSISTANT TECHNOLOGY

Apresentação: Comunicação Oral

Jaqueline Costa da Silva Lima¹; Fabiana Tavares dos Santos Silva²; José Roniero Diodato³
Patrícia Hander de Lucena Neri⁴; Ayrton Matheus da Silva Nascimento⁵

DOI: <https://doi.org/10.31692/2358-9728.VICOINTERPDVL.2019.0167>

Resumo

A adaptação de instrumento de avaliação pedagógica para o discente surdo através da Tecnologia Assistiva (TA) contribui de forma efetiva na análise do desenvolvimento da aprendizagem. É imprescindível, portanto, que se faça uma investigação sobre como produzir e/ou adaptar materiais de aprendizagem usando tecnologias assistivas para torná-los acessíveis a todos e estabelecer diretrizes para realizar esse objetivo. O presente trabalho busca conhecer práticas exitosas na adaptação de instrumentos de avaliação para alunos surdos. Como sabemos, a avaliação desse público, em fase de escolarização, é algo comum na rede estadual de ensino, pois todos os estudantes, nos anos finais, são avaliados em larga escala e, nesse sentido, se mantem a igualdade de dever. Para compreendermos como ocorre a adaptação de materiais no contexto da avaliação escolar, nesse estudo discutiremos sobre a avaliação numa perspectiva inclusiva e de larga escala. Abordaremos como a *tecnologia* assistiva emerge e se fortalece a acessibilidade comunicacional, que deve estar presente na oferta de tais exames, a exemplo do Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE). Por isso, a importância de revisar artigos, livros e revistas para explorarmos o tema em questão e, igualmente, o contexto linguístico que envolve o processo de ensino e aprendizagem do discente surdo que se efetua em sua primeira língua (L1), a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Este aparato importa a mudanças de conceitos e papéis dentro do ambiente educacional voltado a uma proposta bilíngue, na qual educandos, educadores e gestores são atores principais nas tomadas de decisões direcionadas à uma almejada inclusão social e escolar.

¹ Letras Libras, Uniasselvi, jackeline.libras@gmail.com

² Letras Libras, Uniasselvi, fabianatavares_letras@yahoo.com.br

³ Letras Libras, UFPE, joseroniero@gmail.com

⁴ Pedagogia, FCE, patylucena80@hotmail.com

⁵ Especialista em Ensino de Química, UCAM – PROMINAS, ayrthon.matheus@gmail.com

Palavras-Chave: Avaliação Pedagógica. Adaptação de Instrumentos. Tecnologia Assistiva. Estudante Surdo. Língua Brasileira de Sinais.

Resumen

La adaptación de un instrumento de evaluación pedagógica para el estudiante sordo a través de la Tecnología de Asistencia (AT) contribuye efectivamente al análisis del desarrollo del aprendizaje. Por lo tanto, la investigación sobre cómo producir y / o adaptar materiales de aprendizaje utilizando tecnologías de asistencia para hacerlos accesibles a todos y establecer pautas para lograr este objetivo es esencial. Este documento busca aprender sobre prácticas exitosas en la adaptación de herramientas de evaluación para estudiantes sordos. Como sabemos, la evaluación de este público en la fase de escolarización es común en el sistema escolar estatal, porque todos los estudiantes son evaluados a gran escala y, en este sentido, se mantiene la igualdad de obligaciones. Para comprender cómo puede ocurrir la adaptación del material en el contexto de la evaluación escolar, este estudio buscó comprender qué evaluación es desde una perspectiva inclusiva y a gran escala y cómo emerge la tecnología de asistencia y fortalece la accesibilidad comunicacional que debe estar presente en la provisión de dichos materiales. exámenes, como el Sistema de Evaluación Educativa de Pernambuco (SAEPE). Por lo tanto, la importancia de revisar artículos, libros y revistas que aborden el tema estudiado y también el contexto lingüístico que involucra el proceso de enseñanza y aprendizaje del estudiante sordo, está en su lengua materna (L1), el lenguaje de señas brasileño. (Libras) Este aparato implica cambios en los conceptos y roles dentro del entorno educativo dirigido a una propuesta bilingüe, en la cual los estudiantes, educadores y gerentes son los principales actores en la toma de decisiones dirigidas a una inclusión social y escolar deseada.

Palabras clave: Evaluación pedagógica. Adaptación de instrumentos. Tecnología de asistencia. Estudiante sordo. Lengua de señas brasileña.

Abstract

The adaptation of a pedagogical assessment instrument for the deaf student through Assistive Technology (AT) effectively contributes to the analysis of learning development. Therefore, research into how to produce and / or adapt learning materials using assistive technologies to make them accessible to all and to establish guidelines for achieving this goal is essential. The present work seeks to know successful practices in adapting assessment tools for deaf students. As we know, the evaluation of this public in the phase of schooling is common in the state school system, because all students are evaluated on a large scale and, in this sense, the equality of duty is maintained. In order to understand how material adaptation can occur in the context of school assessment, this study sought to understand what assessment is from an inclusive and large-scale perspective and how assistive technology emerges and strengthens the communicational accessibility that must be present in the provision of such materials. exams, such as the Pernambuco Education Assessment System (SAEPE). Therefore, the importance of reviewing articles, books and magazines that address the studied subject and also the linguistic context that involves the teaching and learning process of the deaf student, is in its first language (L1), the Brazilian Sign Language. This apparatus implies changes in concepts and roles within the educational environment aimed at a bilingual proposal, in which learners, educators and managers are the main actors in decision making aimed at a desired social and school inclusion.

Keywords: Pedagogical Evaluation. Instrument Adaptation. Assistive Technology. Deaf student. Brazilian Sign Language.

Introdução

O acesso à educação é um direito fundamental de todos (BRASIL, 1988) e, a nível estadual, passa por novas formas de monitoramento, avaliação e intervenção, baseadas no resultado de exames aplicados anualmente, em larga escala, na educação básica, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática (PERNAMBUCO, 2012).

Neste trabalho discutiremos sobre a falta de adaptações nos monitoramentos e nas avaliações externas. Acreditamos ser necessário oportunizar todos os discentes, independentemente de suas deficiências e condições, o acesso às avaliações de forma igualitária a todos os discentes envolvidos no processo avaliativo. As adaptações propostas se referem às provas traduzidas para a Língua Brasileira de Sinais, no sentido de ofertar, a nível estadual, como o Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE),⁶ analisa o desempenho, anualmente, em duas áreas do conhecimento: linguagens e matemática (PERNAMBUCO, 2012).

Desta maneira, a equiparação de oportunidades, não apenas para garantir as competências previstas para a educação formal, envolve a garantia de instrumentos, de acessibilidades para todos os estudantes que apresentam variações nos níveis de leitura do texto escrito, estilos de aprendizagem, línguas e suas variações, dentre outras características, assim como para garantir equidade na participação de tais exames (MANTOAN, 2003; ONU, 2007; TAVARES; LIMA, 2010; GRINDEI, BENLLOCH-DUALDE, 2015).

Vale ainda recordar que o ambiente físico e social, os recursos e materiais pedagógicos e tecnológicos, o feedback, os instrumentos de avaliação e as funções que eles assumem, dentre outros aspectos, imputam resultados nessas avaliações externas. São temas invisibilizados, esmaecidos pelos dados numéricos que pontuam o nível de proficiência e a quantidade de participantes do exame a cada ano.

Além disso, o docente e o aluno que vivenciam diferentes desafios em sala de aula são sabedores dos porquês do êxito, muitas vezes, não ser alcançado. E o que dizer do estudante surdo, que não recebe materiais em sua primeira língua (L1) e, sem essa primeira matriz de competências fortalecida, participa em um mesmo tempo pedagógico, de tais exames?

⁶ O SAEPE (Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco) é um instrumento de avaliação do desempenho dos estudantes da rede pública estadual e municipal. A avaliação é externa e a partir de 2008 a sua realização passou a ser anual.

Se, no entanto, no cotidiano da escola, os materiais e instrumentos avaliativos pedagógicos forem adaptados ao estudante surdo, a instituição lhe garantirá a igualdade de oportunidades, a equiparação, uma educação que respeite a sua língua a sua cultura e ainda o capacite para os exames em larga escala (QUADROS, CRUZ, 2011).

Para os docentes em formação, os quais tem como centralidade a educação de surdos, surge, portanto, uma questão motriz: como produzir e/ou adaptar materiais de aprendizagem, usando a tecnologia assistiva, com fins de promover a avaliação pedagógica de alunos surdos?

Neste trabalho, comprometemo-nos em responder sumariamente, através de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, a essa inquietação e, para tanto, discorreremos sobre tecnologia assistiva, avaliação da aprendizagem e adaptações de instrumentos avaliativos.

Por fim, defendemos que a educação bilíngue traz para a centralidade as questões em comento, mas na inclusão escolar, por vezes, em nome da “igualdade”, as especificidades são esquecidas, as identidades são enfraquecidas e as oportunidades se tornam díspares.

A partir de nossas análises, percebemos que o processo avaliativo inclusivo em larga escala é ainda um longo caminho a percorrer. Quiçá uma nova geração de profissionais do ensino, formados em cursos superiores de formação de professores para educação de surdos, sejam cômicos dos constructos da Cultura Surda, das especificidades linguísticas, da relevância das Tecnologias Assistivas, poderão estimular novas perspectivas no cotidiano das escolas.

Nesse sentido, sabemos que os recursos tecnológicos são de suma importância na análise da evolução de competências, bem como, para acessibilidade comunicacional daqueles que fazem uso de duas línguas, como o sujeito surdo.

Fundamentação Teórica

A inclusão educacional é um desafio recorrente a escola que atende às diversidades e às necessidades formativas de cada estudante. Por essa razão, a busca por novas formas de organização, inclusive nos métodos avaliativos, e a busca por novas práticas pedagógicas e recursos que garantam a acessibilidade, são necessárias.

Como afirma Morais & Morais (2019, p. 6), essa perspectiva compreende que os “ambientes educacionais devam se adaptar para atender a diversidade e a necessidade dos estudantes, proporcionando recursos e apoio que favoreça o processo educativo”. Tudo isso imputa um novo pensar na construção das práticas avaliativas externas em que seu valor não esteja enfatizado apenas por dados, mas de fato pela capacidade, e peculiaridades de cada

sujeito avaliado.

A compreensão do uso e da produção adaptável de instrumentos avaliativos, como recurso que identificarão as competências desenvolvidas por cada sujeito, é de suma importância, pois permite um processo de inclusão e de equiparação de oportunidades e participação nos sistemas avaliativos de forma que todos sejam contemplados em suas singularidades. No que se refere a pessoa surda, é condição *sine qua non* para o êxito das práticas exitosas a adaptação de instrumentos avaliativos direcionados a esses educandos.

Nessa perspectiva a Tecnologia Assistiva (TA) na educação, surge como facilitadora de aprendizagens, desenvolvimento de competências e habilidades dos sujeitos. Assim, a TA favorecerá a prática de uma avaliação que situa alunos e docentes em seus respectivos papéis, promovendo a acessibilidade no processo avaliativo, através de uma nova estratégia pedagógica na educação de surdos.

Num entendimento abrangente, é notável que os avanços tecnológicos nos direcionam aos rumos de uma vida melhor e mais justa quando se trata da equiparação de igualdades, seja no contexto social como no escolar. A partir disso e de outros referenciais, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) - aprovou, em 14 de dezembro de 2007, o seguinte conceito:

[...] Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2009).

Segundo Kenski (2003), de forma ampla a tecnologia envolve produtos, processos e técnicas que buscam facilitar ações da vida diária nos mais diversos contextos sociais. No entanto, a Tecnologia Assistiva assume um conceito e objetivo mais estrito. Ainda de acordo com o CAT (2006), a TA é compreendida como

[...]ajudas técnicas, qualquer produto, instrumento, estratégia, serviço e prática utilizada por pessoas com deficiência e pessoas idosas, especialmente, produzido ou geralmente disponível para prevenir, compensar, aliviar ou neutralizar uma deficiência, incapacidade ou desvantagem e melhorar a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos. (PORTUGAL, 2007).

Como vimos, a TA propicia aos estudantes a autonomia e rompimento de barreiras, inclusive, a barreira comunicacional. O surdo é um sujeito cultural e linguisticamente singularizado, por isso, em seu processo de ensino e aprendizagem deve-se levar em

consideração os aspectos linguísticos e identitários destes indivíduos que compõem uma comunidade surda bilíngue. Dessa forma, a TA assume papel importante na construção dos conhecimentos.

A indiferenciação valorativa entre uma língua que representa a produção histórico-cultural de uma comunidade minoritária e o conjunto de recursos físicos, técnicos e materiais que constituem as tecnologias assistivas revela um enorme distanciamento dos princípios do bilinguismo. Da mesma forma, quando se impõe que a escolarização de surdos se realize em escolas regulares monolíngues, que não apresentam condições sociolinguísticas para a formação de comunidades de uso da Libras, se efetiva o cerceamento de que as crianças se tornem membros potenciais de uma comunidade linguística viva e autônoma”. (FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. 2014 p. 64).

O uso da TA, na educação de surdos, deve ser compreendido como um auxílio que fornecerá a ampliação de suas habilidades, possibilitando a realização da função desejada que se encontra impedida por circunstância das barreiras comunicacionais.

Nesse contexto, Cook e Hussey (1995, p. 17) definem a TA citando o conceito do ADA - American with Disabilities Act, como uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas funcionais encontrados pelos indivíduos com deficiência. Essa conceituação é ratificada Morais & Morais e apontam que

[...]a Tecnologia Assistiva assume um papel importantíssimo para garantir a aprendizagem dos/as alunos/as, por necessitarem dela para toda a sua educação ou pelo menos para uma boa parte dela. Sendo que a Tecnologia Assistiva utilizada no contexto educacional torna-se um meio facilitador no processo de ensino-aprendizagem dos discentes com deficiência (MORAIS & MORAIS, 2019).

Sendo assim, o objetivo maior da TA é proporcionar às pessoas maior independência, autonomia e empoderamento, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de ambiente, desenvolvimento de habilidades, aprendizado e trabalho. Radabaugh (1993, p. 31), ressalta que “para as pessoas sem deficiência a tecnologia torna as coisas mais fáceis” e “para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”.

Dentre algumas inovações tecnológicas utilizadas no processo de ensino aprendizagem e comunicação entre pessoas surdas ou ensurdecidas estão os aplicativos e softwares como Wikilibras, Handtalk, Prodeaf móvel, Rybená, Vlibras, Tlibras e entre eles a vídeo legenda em Libras, constituem ferramentas que potencializam a ação do surdo em sua relação com o mundo. Os surdos podem, por exemplo, sozinhos, interagir com qualquer tipo de informação

almejada (ROSA & CRUZ, 2001).

Sem embargo, ao considerar uma concepção filosófica, como o bilinguismo (GOLDFELD, 2002; SLOMSKI, 2012), é necessário pensar em uma proposta avaliativa em que todo recurso seja ofertado em sua língua natural, ou seja, em sua L1 (primeira língua) a Libras, pois conforme a Lei 10.436/2002, foi reconhecida como língua da comunidade surda, conforme seu artigo 1º, parágrafo único:

entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Como vimos, não é considerado apenas a língua do sujeito surdo, mas percebe-se as maneiras pelas quais o sujeito se desenvolve a medida que são trabalhadas metodologias que atendam as suas especificidades linguísticas. Por isso, acreditamos que a presença de um professor surdo, como modelo de identificação cultural e que oriente o processo e a adaptação dos recursos, tornar-se indispensável. Reforçamos que efetivação de uma metodologia de educação bilíngue é desafiadora e muitos professores, gestores e secretários não se sentem confortáveis para esta atuação (PERLIN; RESENDE, 2011, P.8). Dessa forma é relevante reiterar que as duas línguas são essenciais para o desenvolvimento cognitivo e sócio-político dos estudantes surdos (LIMA, 2015), e que a Educação Bilíngue fortalece a comunidade surda por ser a perspectiva pedagógica que atende as necessidades culturais e identitárias do surdo.

No cotidiano da escola, quando os materiais e instrumentos avaliativos pedagógicos são adaptados ao estudante surdo, a instituição garante a igualdade de oportunidades, a equiparação, uma educação que respeita a sua língua, a sua cultura (QUADROS, CRUZ, 2011), e ainda o capacita para os exames em larga escala. Com essa afirmação, percebemos que o aluno surdo é um sujeito com singularidades e que necessita de um olhar reflexivo em suas avaliações.

Pensando no sujeito surdo, para além da avaliação dos conteúdos em sala de aula e por compreendermos que o objetivo da avaliação deve ultrapassar a atribuição de uma nota ao estudante no final de cada atividade, debruçamos nosso olhar para a avaliação em larga escala, (objeto do nosso estudo).

Como educação bilíngue, compreendemos como uma proposta de ensino em que se propõe a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Esta concepção é considerada a proposta mais adequada para o ensino de crianças surdas, pois julga a língua de

sinais como língua natural e parte dessa conjectura para o ensino da língua escrita (QUADROS, 1997).

Face ao exposto, na perspectiva da educação bilíngue, o modo de avaliar o discente surdo é de extrema importância, principalmente quando nos referimos a aquisição da língua de sinais, pois

quando é constatado que o processo de aquisição da linguagem está alterado ou atrasado, faz-se necessário identificar a alteração ou o nível de atraso, através de avaliações, para que intervenções na área da linguagem sejam realizadas, visando promover a melhora na compreensão e/ou na expressão (QUADRO E CRUZ, 2011 p. 86).

Ainda, segundo as autoras, “realizar uma avaliação da linguagem é fundamental para identificar o que está adequado e o que necessita ser adquirido e, posteriormente, possibilitar uma adequada intervenção” (QUADROS; CRUZ, 2011, p.43). É nessa perspectiva que pretendemos contrapor em nossas análises, o que as autoras propõem como instrumentos de avaliação de modo a contribuir para pensarmos no processo de ensino e aprendizagem e elaborar instrumentos avaliativos adaptados numa avaliação em larga escala.

Com isso, enfatizamos que é imprescindível pensar em adaptações nos monitoramentos e nas avaliações externas. É indispensável proporcionar oportunidades e condições igualitárias a todos os alunos envolvidos no processo avaliativo, a nível estadual, como o Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE) que analisa o desempenho dos estudantes anualmente em duas áreas do conhecimento: linguagens e matemática (PERNAMBUCO, 2012).

Ressaltamos ainda o ambiente físico e social, os recursos e materiais pedagógicos e tecnológicos, o feedback, os instrumentos de avaliação e as funções que eles assumem, dentre outros aspectos, imputam resultados nessas avaliações externas e são temas invisibilizados, esmaecidos pelos dados numéricos que pontuam o nível de proficiência e a quantidade de participantes do exame em cada ano.

Nesse ínterim, é importante destacar que a adaptação dessa prova traduzida (com janela em Libras) permite ao estudante surdo a isonomia avaliativa dos conteúdos, pois esta mesma avaliação estaria em sua primeira língua L1 (Libras). É importante frisar que a tradução dos conteúdos é uma ação garantida por lei, conforme capítulo IV, artigo 14 do Decreto 5626/2005 deve-se “disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva” (BRASIL, 2005).

Sendo assim, ao pensarmos sobre a equidade de oportunidade, os aparatos legais garantem que todo e qualquer conteúdo seja acessível em língua de sinais. Como assegura a Lei Brasileira de Inclusão-LBI (BRASIL, 2015), devem ser garantidos: condições de igualdade, o exercício dos direitos, das liberdades fundamentais para pessoa com deficiência, visando a inclusão social e o exercício da cidadania.

Metodologia

Para o desenvolvimento desse estudo bibliográfico de cunho qualitativo, nos debruçamos na revisão de artigos, livros, revistas científicas e documentos disponíveis na plataforma Scielo e em periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que abordam o tema deste trabalho. Além disso, analisamos o perfil estrutural da avaliação em larga escala, a saber, à prova do Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE) aplicadas nos últimos quatro anos para averiguação dos dados referidos a aplicação das provas direcionadas ao aluno surdo.

A escolha pelo método bibliográfico vai de encontro aos escritos de Gil (2008), sobre a relevância da pesquisa nesse tipo de instrumento, pois “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50) e tem como principal benefício expandir o campo de pesquisa do investigador, o que não seria possível em uma pesquisa direta.

Fizemos uma compilação de trabalhos que se referem a adaptação de instrumentos de avaliação pedagógica para o aluno surdo, com ênfase na tecnologia assistiva e igualmente o contexto linguístico que envolve o processo de ensino e aprendizagem deste sujeito. Vale ressaltar a relevância desse estudo, no sentido de sinalizar mudanças de conceitos e papéis dentro do contexto educacional.

No decurso dessa pesquisa 26 (vinte e seis) trabalhos foram encontrados nas plataformas de pesquisas e destes, utilizamos 4 (quatro), devido às temáticas terem aproximação com a análise realizada. Recorremos aos trabalhos que enfatizavam a importância das adaptações dos instrumentos avaliativos no ensino e aprendizagem do discente surdo, bem como, em um modelo pedagógico pautado na educação bilíngue sendo a Libras como a primeira língua (L1).

Resultados e Discussão

No universo de trabalhos desenvolvidos, apresentaremos, sumariamente, como alguns autores abordam o tema em estudo, a adaptação de instrumentos de avaliação pedagógica para o aluno surdo com ênfase na tecnologia assistiva. Assim, Zwick (2010), ao discutir sobre como as diferenças dos indivíduos surdos, são consideradas no processo educacional, deixa claro que há muitas tensões nas relações de poder exercido na escola que reflete a busca pela “normalidade” e, muitas vezes, faz com que não se vejam iniciativas de adaptações de pequeno porte no cotidiano escolar. Esse trabalho monográfico ratifica o que Moraes & Moraes (2019), defendem ao afirmar que os ambientes educacionais precisam se adaptar à diversidade de estudantes, apoiando-os, favorecendo a equidade.

Em outro trabalho, publicado na Revista de Pesquisa Interdisciplinar, Corrêa et.al. (2016), afirma que o sistema unificado de avaliação é um grande distrato para a inclusão do aluno surdo, porque essa dinâmica desconsidera a Libras e se baseia exclusivamente na palavra escrita. Sendo assim, a escola, muitas vezes, desrespeita o que é apregoadado na LBI (2015), no que se refere a acessibilidade e ao processo inclusivo.

No Decreto nº 5.626, de 22 dezembro de 2005, no capítulo IV, no art. 16 com base na Lei de Libras 10.436, de 24 de abril de 2002, trata especificamente do uso e a difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação. Desse modo, percebeu-se que assegurar a Língua Portuguesa, como segunda língua, não é uma questão de benevolência ou bom senso, mas trata-se de um direito garantido aos alunos surdos o acesso a programas e serviços educacionais em sua primeira língua (L1), a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Ainda que esse dispositivo legal (a avaliação em larga escala) traga a necessidade de que as práticas avaliativas sejam repensadas, parece-nos que poucos trilharam o caminho proposto por Colling et. al. (2014), qual seja, o de reconhecer e utilizar a Tecnologia Assistiva, softwares que tragam estímulos visuais e melhor condição de letramento tanto na L1 (Libras), quanto na L2 (língua portuguesa) do discente surdo. Isso seria considerar a perspectiva da formação bilíngue (GOLDFELD, 2002; SLOMSKI, 2012), e certamente, promover igualdade nas condições formativas e melhor elaborar instrumentos acessíveis para que os estudantes surdos possam participar de quaisquer avaliações em larga escala, não apenas do SAEPE.

No entanto, depreendemos que esse é ainda um longo caminho a percorrer e, quiçá, uma nova geração de discentes, inclusive formados em cursos superiores de formação de professores, como o Curso de Licenciatura em Letras-Libras, cômicos dos constructos da Cultura Surda, das especificidades linguísticas, da relevância das Tecnologias Assistivas, poderá estimular novas perspectivas no cotidiano das escolas. E, mais ainda, pensar no grupo

de estudantes surdos não visibilizados em meio ao contingente que participa de tais avaliações (sem acessibilidade) e, mesmo assim, gera resultados para o Estado, para o país, mantendo em movimento a engrenagem do sistema educacional, embora mascarada pela exclusão.

Conclusões

Ao longo dessa revisão de literatura, sobre as adaptações de instrumentos de avaliação pedagógica para o aluno surdo com ênfase na tecnologia assistiva, inferimos a importância do amoldamento das avaliações de larga escala, a saber à prova de avaliação externa do Estado de Pernambuco, o SAEPE, ser traduzida em Libras. E como sua supressão pode tornar-se uma barreira, no que diz respeito a educação e ao desenvolvimento intelectual e cognitivo do educando surdo, quando submetido a uma avaliação nos moldes quantitativos ou feitos especificamente para pessoa ouvintes (sem adaptações).

A não adequação das provas com tradução em Libras, não garante ao surdo um acesso qualitativo no processo avaliativo, inclusivo e com equidade; tornar-se-ia díspares às suas especificidades linguísticas, cultural e identitária. Dessa forma, é relevante pensar sobre a garantia do que já foi conquistado a partir da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), que assegura acesso comunicacional a todos as pessoas com deficiência.

Assim, o próprio resultado do SAEPE e sua difusão deixariam de ter visibilidade puramente estatística para atingir o nível qualitativo prezando pela qualidade na educação e no ensino do estado. Ofertando não só a qualidade, mas condições de equidade a todos os seus alunos da rede de ensino que participam dessa prova com viés quantitativo.

Por fim, vale lembrar ainda que o aluno surdo tem o direito de usufruir de sua língua e tê-la como matriz no processo pedagógico e, para isso, devem ser utilizadas as estratégias que estejam de acordo com a pedagogia visual. Pois, o aluno surdo e todo seu processo de ensino aprendizagem deve ser valorizado tanto nos aspectos linguísticos como nos aspectos visuais.

Nesse prisma podemos concluir, mas sem encerrar nossas discussões, que os recursos tecnológicos são de suma importância na análise da evolução de competências, bem como, para acessibilidade comunicacional daqueles que fazem uso de duas línguas, como o sujeito surdo. Estes apresentam variações nos níveis de leitura do texto escrito e estilos de aprendizagem. Isso remete a uma nova concepção avaliativa que promova, de fato, igualdade de oportunidades, empoderamento e respeito as especificidades dos sujeitos em formação escolar.

Referências

ADA- **American With Disabilities ACT** 1994. Disponível em: <http://www.resna.org/taproject/library/laws/techact94.htm>. Acesso em 05/10/2007. Acesso em 27 de abril de 2019.

BRASIL. SDHPR - **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência** -SNPD. 2009. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva> Acesso em 26 de abril de 2019.

_____. **Lei nº 3.146 de 06 de julho de 2015** - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 09 out. 2019.

_____. **Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006**. Instituída pelo Comitê de Ajudas Técnicas – CAT. Brasília, 2006.

_____. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei10436.pdf>

_____. **Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em 10 out. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em 14 out. 2019.

COLLING, J. P.; BOSCARIOLI, C. **Avaliação de Tecnologias de Tradução Português-Libras Visando o Uso no Ensino de Crianças Surdas**. RENOTE - Revista Novas Tecnologias na Educação. V. 12, n. 2, 2014.

COOK, A.M. & HUSSEY, S. M. (1995). **Assistive Technologies: Principles and Practices**. St. Louis, Missouri. Mosby - Year Book, Inc.

CORRÊA, A. M. De S.; NASCIMENTO, A. J. B. Do; VIEIRA, M. L. A. **A Avaliação do Aluno Surdo na Escola Regular**. Revista de Pesquisa Interdisciplinar. Cajazeiras, v. 1, Ed. Especial, 20-29, set/dez. de 2016.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. **Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 51-69. Editora: UFPR. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?start=10&q=Tecnologia+assistiva+AND+Surdez.&hl=pt-BR&lr=lang_pt&as_sdt=1,5&as_ylo=2014&as_yhi=2019&as_vis=1 Acesso em 01 de

julho de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição – São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GRINDEI, Laura; BENLLOCH-DUALDE, José-V. **Adapting Learning Materials for Students with Disabilities**. Project funded by the EU Lifelong Learning Programme. 5th April 2015. Disponível em http://www.saleie.co.uk/SSSH/text/docs/Adapting_teaching_materials_V6_12May.pdf
Acesso em 25 de abril de 2019.

KENSKI, Vani M. **Educação e Tecnologias - O Novo Ritmo Da Informação**. São Paulo: Papirus, 2003.

LAUAND, G.B. do A.; MENDES, E. G. **Fontes de informação sobre tecnologia assistiva para indivíduos com necessidades educacionais especiais**. In: MENDES, E. G.; Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 5, n. 4, p. 3121-3130, abr. 2019. ISSN 2525-8761

LIMA, Camila Machado de. **Educação de Surdos: desafios para a prática a prática e formação de professores**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** . São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MORAIS, I. da S.; MORAIS, D. M. de. **A Contribuição da Tecnologia Assistiva no processo de ensino e aprendizagem**. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 5, n. 4, p. 3121-3130, abr. 2019. ISSN 2525-8761

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

PERNAMBUCO. **Secretaria de Educação de Pernambuco**. SAEPE – 2016/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan./dez. 2016), Juiz de Fora, 2016 – Anual. Disponível em <http://www.saepe.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/03/PE-SAEPE-2016-RP-LP-WEB.pdf>. Acesso em 12 ago. 2019.

PERLIN, G. T.; RESENDE, P. L. **Didática e educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/8GvNDD>. Acesso em 02 de junho de 2019.

PORTUGAL. **Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência**. Disponível em <http://www.snripd.pt/default.aspx?IdLang=1> Acesso em 01 de maio de 2019.

QUADROS, Ronice Müller de; CRUZ, Carina Rebello. **Língua de Sinais: instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

_____, Ronice M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

RADABAUGH, Mary Pat. **Study on the Financing of Assistive Technology Devices of Services for Individuals with Disabilities** - A report to the president and the congress of the United State, National Council on Disability, Março 1993. Disponível em <<http://www.ccclivecaption.com>> Acesso em 04 out. 2019.

ROSA, Andréa da Silva & CRUZ, Cristiano Cordeiro. Fator de Inclusão da Pessoa Surda. **Revista Online da Biblioteca Joel Martins**. Campinas, v2, n3, p. 38-54, jun. 2001. Disponível em: [file:///C:/Users/NACE%20Apoio/Downloads/Dialnet-Internet-4856372%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/NACE%20Apoio/Downloads/Dialnet-Internet-4856372%20(1).pdf) Acesso em 02 de junho de 2019.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação Bilíngue para Surdos: concepções e implicações práticas**. 1ª ed. (2010), 2ª reimpr. / Curitiba: Juruá, 2012.

TAVARES, Fabiana S.S.; LIMA, Francisco José. **Educação Inclusiva** (Vol. 1). Recife- PE: Editora da Universidade Federal Rural de PE, 2010.

ZWICK, Lidiane Barreto Alves. **Para (Re)pensar a diferença: adaptações necessárias para a inclusão de alunos surdos**. Monografia. 150p. Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos. Centro de Educação/ Universidade Federal de Santa Maria. Capão da Canoa, RS – 2010.